

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 531.716 - RJ (2019/0266409-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MARILIA DE ABREU QUARESMA LEITAO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : J D DE P (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar, impetrado em favor de J. D. DE P., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0012766-22.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela prática de atos infracionais análogos aos crimes previstos nos **arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006**, a qual foi julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de internação (e-STJ, fls. 70/86).

No curso da execução, a defesa requereu a substituição da MSE de internação por outra em meio aberto, cujo pleito foi deferido para substituir a medida constritiva por liberdade assistida (e-STJ, fls. 21/24).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo de instrumento, o qual foi provido para restabelecer a medida de internação (e-STJ fls. 106/111), em acórdão assim ementado:

*Agravo de Instrumento (ECA). Atos infracionais análogos aos crimes tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei n.º 11.343/06. Progressão per saltum. Irresignação ministerial contra a progressão da medida socioeducativa de internação para liberdade assistida. Pedido de manutenção da medida de internação. Pretensão plausível. Gravidade concreta dos atos praticados. Agravado que, de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios com os dois imputáveis, “trazia(m) consigo e mantinha(m) sob sua guarda, de forma compartilhada, para fins de tráfico, 103,0g (cento e três gramas) da substância entorpecente Cannabis sativa L.,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*conhecida como “maconha”, distribuída em 42 (quarenta e dois) pequenos tabletes envoltos por filme plástico transparente de PVC, estando alguns no interior de saco de plástico incolor, fechados por grampos metálicos; e 68,0g (sessenta e oito gramas) da substância entorpecente Cloridrato de Cocaína, distribuídas entre 52 (cinquenta e dois) pequenos tubetes (“pinos”) plásticos rígidos com tampa articulada e fechamento “eppendorf” e fechado por meio de retalho de papel cor branca e fixado pro grampo”. Além disso, “em data que não se pode precisar, mas sendo certo que a ocorrência do ato infracional restou constatada no dia 04 de janeiro de 2019, os Representados, de forma consciente e voluntária, estavam associados com dois nacionais, bem como junto à facção criminosa autodenominada “Comando Vermelho”, com a finalidade de praticar, de forma reiterada ou não, o tráfico de drogas.” Decisão agravada que deixou de observar os parâmetros técnicos para o caso, progredindo de forma direta a medida de internação para liberdade assistida, ferindo o princípio da individualização da medida socioeducativa e sem atentar para a real ressocialização do adolescente.*

*Recurso ao qual se dá provimento.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/20), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, na medida em que restabeleceu a medida de internação. Para tanto, aponta a situação de superlotação da unidade de internação onde o paciente encontra-se internado e defende a necessidade de aplicação da regra contida no art. 49, II, da Lei n. 12.594/2012. Discorre, também, sobre os problemas do sistema penitenciário no Estado do Rio de Janeiro, aferidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 347. E, por fim, aponta para a necessidade de observância do princípio da proteção integral, de forma que a medida socioeducativa a ser aplicada deve sempre atender aos interesses do menor, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Diante disso, formula pedido liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade assistida ou em internação domiciliar o julgamento deste *habeas corpus* e, no mérito, requer a substituição da medida de internação pela de semiliberdade.

# Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 116/118, e as informações foram prestadas às e-STJ, fls. 123/125.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 129/138, opinou pelo conhecimento do *mandamus* e pela denegação da ordem postulada.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado acima, a impetrante busca o restabelecimento da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada ao paciente, pelo Juízo da execução.

Ao dar provimento ao agravo ministerial para restaurar a medida socioeducativa de internação aplicada ao paciente pelo Juízo sentenciante, a Corte estadual apresentou fundamentação idônea, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 109/111, destaquei):

[...]

*Com efeito, verifica-se às fls. 08/12 do Anexo que o adolescente, de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios com os imputáveis Miguel da Silva Calazans e Fernando Rodrigues dos Santos, "trazia(m) consigo e mantinha(m) sob sua guarda, de forma compartilhada, para fins de tráfico, 103,0g (cento e três gramas) da substância entorpecente Cannabis sativa L., conhecida como "maconha", distribuída em 42 (quarenta e dois) pequenos tabletes envoltos por filme plástico transparente de PVC, estando alguns no interior de saco de plástico incolor, fechados por grampos metálicos; e 68,0g (sessenta e oito gramas) da substância entorpecente Cloridrato de Cocaína, distribuídas entre 52 (cinquenta e dois) pequenos tubetes ("pinos") plásticos rígidos com tampa articulada e fechamento "eppendorf" e fechado por meio de retalho de*

*papel cor branca e fixado por grampo". (Grifos nossos).*

*Ainda de acordo com a representação, "em data que não se pode precisar, mas sendo certo que a ocorrência do ato infracional restou constatada no dia 04 de janeiro de 2019, os Representados, de forma consciente e voluntária, estavam associados com os nacionais MIGUEL DA SILVA CAIAZANS e FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS, bem como junto à facção criminosa autodenominada "Comando Vermelho ", com a finalidade de praticar, de forma reiterada ou não, o tráfico de drogas".*

*Ademais, conforme sustenta ainda o agravante, ao agravado já havia sido aplicada a MSE de liberdade assistida, pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, destacando a existência de processo pendente de julgamento, com mandado de busca e apreensão expedido, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio qualificado, tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.*

*Enfatiza o agravante que "o histórico apresentado foi extraído dos autos do processo evidencia o envolvimento crescente com infrações, necessitando, urgentemente, de intervenção mais rígida do Estado para conter a contumaz prática de atos infracionais e reverter a vida desregrada do socioeducando". (Grifos nossos).*

*Dessa forma, revela-se desproporcional a transferência do adolescente em comento para o meio aberto, considerando a gravidade concreta dos atos infracionais praticados, o seu histórico infracional, bem como o fato de que a sua internação ocorreu em janeiro de 2019, tendo sido substituída por liberdade assistida em fevereiro de 2019.*

*Ressalte-se que o argumento de que "o ato infracional que gerou a aplicação da medida socioeducativa de internação agora executada não foi praticado com uso de violência e nem de grave ameaça em relação à pessoa", perdeu a sua atualidade, pois, se mantida a internação, inclusive em grau recursal, é porque ela se apresentava imprescindível à recuperação do menor. O que importa neste momento processual é avaliar a necessidade de manutenção da internação e se é viável a chamada progressão per saltum, concluindo-se negativamente, pois ausentes os requisitos previstos no artigo 43, parágrafo Iº, da Lei n.º 12.594/2012. Ressalte-se que o menor já ostenta antecedentes infracionais, inclusive anterior cumprimento de internação, que, assim, se*

# Superior Tribunal de Justiça

*mostrou ineficaz.*

*Ademais, não merece prosperar o argumento adotado pelo Juízo a quo, no sentido de que considerar a gravidade do ato infracional para impor nova MSE em meio fechado configuraria bis in idem, pois a progressão da medida socioeducativa a ser aplicada deve sopesar todos os aspectos do caso concreto. Do contrário, estar-se-ia inviabilizando a progressão para semiliberdade sempre que ao adolescente fosse aplicada a MSE de internação.*

***No caso em exame, de fato, a decisão agravada deixou de observar os parâmetros técnicos para o caso, progredindo de forma direta a medida de internação para liberdade assistida, ferindo o princípio da individualização da medida socioeducativa aplicada e sem atentar para a real e necessária ressocialização do adolescente.***

***Destarte, a progressão per saltum afigura-se prematura, sendo imperativa a reforma da decisão impugnada.***

Consoante visto acima, verifico que o Tribunal estadual considerou prematura a progressão *per saltum* do paciente, da MSE de internação para a de liberdade assistida, haja vista ele ser reincidente na prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas, além de ostentar *processo pendente de julgamento, com mandado de busca e apreensão expedido, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio qualificado, tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas* (e-STJ, fl. 110), a demonstrar seu crescente envolvimento com a criminalidade, na prática de crimes de natureza grave, que justificam a necessidade de cuidadoso acompanhamento estatal visando à sua ressocialização e reeducação, não sendo recomendada, no momento, sua desinternação.

Nesse sentido:

***RECURSO EM HABEAS CORPUS. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR PELA EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO A QUE SE***

**NEGA PROVIMENTO.**

– A existência de relatório técnico, formulado pela equipe de avaliação psicossocial, não vincula o magistrado que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar seu entendimento e decidir de forma diversa daquela sugerida pelo laudo. Precedentes.

– No caso, o Tribunal a quo manteve a medida de internação, ressaltando a gravidade concreta do ato, em razão da prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado, bem como os registros infracionais anteriores apresentados pelo menor, a situação de pouco respaldo familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do processo ressocializador que vem sendo desenvolvido.

– Recurso em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC n. 86.556/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/9/2017, DJe 20/9/2017, grifei)

**RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA INDEFERIDA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.**

1. A existência de relatório técnico recomendando a substituição da medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar a permanência da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.

2. O Tribunal a quo, ao ratificar a decisão de primeiro grau, considerou a desinternação prematura e temerária, tendo em vista que a recorrente praticou ato infracional grave, possui outras incidências por atos infracionais análogos à lesão corporal e ao roubo, e iniciou recentemente tratamento de desdrogadição, vislumbrando-se a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a ressocialização da adolescente.

3. Com base nas peculiaridades do caso concreto, as instâncias ordinárias apresentaram motivação idônea para indeferir a progressão, devendo ser mantida a internação.

4. Recurso a que se nega provimento. (RHC n. 35.578/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 4/6/2013,

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe 17/6/2013, grifei)

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

